



Ata da 1ª Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 2022, às 18h00, realizou-se a 1ª reunião ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, via plataforma digital Zoom.

Participaram da reunião os seguintes Membros:

Executiva da Comissão

1. Isabella Henriques (presidente)
2. Mayara Souza (vice-presidente)
3. Letícia Carvalho (secretária geral)
4. Ana Clara Klink (secretária adjunta)

Membros

1. Alexandre Gil
2. Amanda Pimentel
3. Ana Beatriz Guimarães Passos
4. Ana Claudia Cifali
5. Ana Paula Cristina F
6. Ana Potyara
7. Andrea Venotti
8. Ariel Castro
9. Barbara Maresch
10. Bruna Talita Almeida
11. Carolina Magnani
12. Camila Werneck
13. Celia Regina
14. Denise Auad
15. Isabella Goulart
16. Ingrid Sora
17. João Francisco
18. Karolyne Antonieta Onyekachukwu Silva Utomi
19. Leandro Alcolumbre
20. Luciana de Toledo Temer Lulia
21. Luciana Ribas
22. Luiza Corrêa
23. Maraísa Rosa
24. Maria Antonia Lange Moreira Guimarães
25. Marília Golfieri

26. Marina Bressan
27. Michele Monike
28. Mônica Marilda Rosa
29. Priscila
30. Paola Cantarini
31. Pedro Mendes
32. Priscila Rodrigues Naves Tardelli
33. Raquel Stefane Costanti
34. Regiane Alves Ribeiro dos Santos
35. Stella Reicher
36. Thais Dantas
37. Rafael Zanatta

Convidado

1. Rogério Silva

No início da reunião, as representantes da Executiva da Comissão apresentaram-se e Isabella iniciou a apresentação de slides, explicando a articulação inicial com a Secretaria das Comissões, os encontros iniciais com integrantes da Comissão da gestão passada e a relação com a equipe de comunicação da OAB/SP. Comentou que estamos planejando como organizar as redes sociais e trouxe os desafios e objetivos da Comissão, a fim de que o grupo refletisse a seu respeito.

Em seguida, Mayara e Letícia apresentaram as propostas da Executiva da Comissão ao grupo em relação aos diferentes tipos de atuação que a Comissão pode ter: (1) dar continuidade a 3 iniciativas da gestão passada (Arquivo CERCA, tabela de honorários e fomento à criação de comissões de defesa dos direitos de crianças e adolescentes nas subseccionais); (2) atuação a partir de temas contextuais, a exemplo do que foi feito no tema da Vacinação para crianças e do que pode vir a ser realizado no tema do Socioeducativo; e (3) atuação a partir de temas e ações prioritárias.

Após a apresentação dos slides, Ana Clara explicou a dinâmica para a escuta das/dos presentes, que foram divididos/as em subgrupos, nos quais responderam às seguintes perguntas:

- Como vocês se conectam a estes desafios?
- Qual o sentido e a força destes objetivos?
- Quais ações relevantes esta comissão deve realizar para cumprir tais objetivos?
- Quais temas são relevantes para atuação?

O debate foi registrado neste [link](#), e depois cada grupo apresentou, em plenária geral, uma síntese de suas discussões:

Grupo 1 - Destacou a importância da formação de jovens advogados/as, e a possibilidade de cancelar atuações de organizações parceiras. Como temas prioritários, elencou: educação inclusiva, justiça juvenil, recuperação e evasão escolar, acolhimento familiar, adoção, sugerindo grupos de trabalho nesses temas.

Grupo 2 - Destacou a importância de aproximação de outros profissionais do SGD, apontando para a possibilidade de realizar diligências, ofícios, fiscalização. Também destacou o Conselho Tutelar como questão importante. Falou sobre a formação e profissionalização de profissionais, de honorários, e falou em priorizar cursos para advogados/as dativos/as. Neste tema, destacou a importância de complementar o curso da ESA para que advogados/as tenham maior qualificação. Sugeriu aproximar a OAB da sociedade civil no tema da proteção de dados, porque a agenda é bastante forte. Além disso, apontou para a importância de interiorização da ação da OAB. No interior, o funcionamento das varas, atuação de advogadas/os, é bastante diferente e, por vezes, mais precário.

Grupo 3 - Comissão da OAB apareceu com o papel de efetivar a doutrina da proteção integral, por meio da promoção da interdisciplinaridade, diálogo da justiça com as outras áreas do conhecimento, para contemplar outras áreas. Superar a visão assistencialista em relação à infância, efetivar políticas públicas (e não por meio de filantropia). Superar visão da criança como apêndice do mundo adulto, sobretudo na vara da família, onde não se reconhece o melhor interesse da criança. Ações de formação: cursos ESA, redes sociais compartilhando conhecimentos, webinar, lives, formação mais robusta por meio de cursos presenciais, como na escola magistratura e articular com outros atores.

Grupo 4 - Construção da Comissão com atenção à interseccionalidade, principalmente pensando naquelas crianças que estão em um estado de invisibilidade; olhar para adolescentes; pensar empregabilidade, direitos sexuais e reprodutivos, trabalho doméstico e infantil; violência sexual contra meninas; inclusão de crianças e adolescentes com deficiência. Destaque sobre o modo de fazer na comissão: pensar a escuta de crianças e adolescentes para guiar a comissão. Ex: ALESP, Parlamento Jovem, Audiência Pública, diálogo com escolas. Interlocução com as Comissões. Atividades ano a ano: pensar em material para eleições.

Grupo 5 - Centralidade da formação de profissionais e de pautar a educação inclusiva. OAB vai à escola: ação que tinha antes na OAB para difundir de fato a promoção dos DCA. Mães no cárcere; falta de dados em relação ao sistema socioeducativo, acolhimento institucional. Como podemos contribuir nesses aspectos?

Depois da síntese, as pessoas responderam a uma dinâmica na plataforma "Mentimeter", indicando três palavras para "Quem você era quando criança" e "Conte uma coisa sobre você que não está no seu currículo".

A reunião foi encerrada e as pessoas presentes já convidadas para a reunião extraordinária do dia 07.03.2022, quando serão apresentados os desafios e objetivos da Comissão, organizados conforme a escuta realizada com seus membros.

